

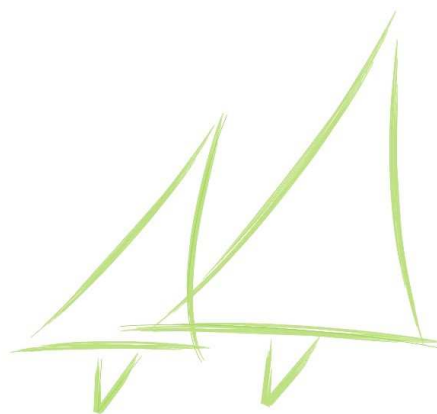
V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



190 - COOPERATIVAS POPULARES DE PRODUÇÃO – POTENCIALIDADES, LIMITES E DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO AO DESEMPREGO

O rol das cooperativas na luta contra a pobreza, pelo comércio justo e pelo trabalho digno

Arlete Candido Monteiro Vieira
arletemonteiro@terra.com.br

FAPI Faculdade de Pindamonhangaba

ABPES – Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária

Fabio Ricci

fabioricci@uol.com.br

UNITAU – Universidade de Taubaté

Resumo

A pesquisa visou rever e aprofundar o debate de estudos anteriores, sobre as potencialidades, limites e desafios das cooperativas populares de produção, de gerarem trabalho e renda. Para agregar resultados, de modo comparativo, realizou nova coleta de dados em experiências antes estudadas e também novas, localizadas em cidades do Médio Vale do Paraíba Paulista, possibilitando cotejar os estágios de desenvolvimento e delinear as suas linhas de evolução. Os resultados ratificam as hipóteses iniciais e reconhecem novas condições de re(integração) dos excluídos do processo de produção, surgimento de políticas públicas e sociais de apoio, as metodologias de implantação, preocupação com as novas tecnologias e dificuldade do cumprimento da legislação contábil e fiscal específica. As cooperativas populares de produção têm ocupado espaço no meio acadêmico (pesquisas e congressos), e no mercado (desenvolvimento local, comércio justo e sustentável), existe instituições ocupadas com seu fortalecimento: Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, Unitrabalho, Secretaria Nacional da Economia Solidária, Cáritas, e outras. A pesquisa realizou estudo pormenorizado das experiências em foco e de suas práticas cooperativistas,

visando à inclusão produtiva e atividade de prevenção e/ ou combate à situação de vulnerabilidade social, promoção de condições de vida mais digna e emancipação socioeconômica.

Palavras-chave : cooperativas populares; inclusão produtiva;

Abstract

The research sought to review and to deepen the discussion of previous studies, about the potentialities, limits and challenges of the popular cooperatives of production, of they generate work and income. To join results, in a comparative way, it accomplished new collection of data before in experiences studied and also new, located in cities of the Medium Valley of Paraíba Paulista, permitting to compare the development stages and to delineate its evolution lines. The results ratify the initial hypotheses and they recognize new union of the excluded of the production process, appearance of public and social politics of support, the introductions methodologies, concern with the new technologies and difficulty of the execution of the specific accounting and fiscal legislation. The popular cooperatives of production have been occupying space in the academic middle (researches and congresses), and in the market (local development, just commerce and maintainable), institutions occupied with its invigoration exists: Technological incubators of Popular Cooperatives, Unitrabalho, National Clerkship of the Solidary Economy, Cáritas, and another. The research accomplished detailed study of the experiences in focus and of its practise of cooperatives, seeking to the productive inclusion and prevention activity and / or it combats to the situation of social vulnerability, promotion of conditions of worthier life and emancipation social and economy.

Key-words: popular cooperative; inclusion productive;

Introdução

O presente estudo ao considerar a participação das cooperativas na luta contra a pobreza apresenta um enfoque nas potencialidades, limites e desafios de gerarem trabalho e renda, buscando uma formulação científica e comparações, possibilitando cotejar os estágios de desenvolvimento e delinear as suas linhas de evolução.

A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhor posicionadas. O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Dessa forma,

sair da linha de pobreza significava obter: um regime alimentar adequado, um certo nível de conforto, o desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados.”.

O enfoque da privação relativa evoluiu tendo como um de seus principais formuladores o indiano Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de Economia (1999). Seu conceito introduz variáveis mais amplas, chamando a atenção para o fato de que as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida.(CRESPO, 2002).

O cooperativismo é uma prática social de organização econômica muito antiga, na atualidade se renova como capacidade de reação e organização da sociedade civil diante dos desafios que a evolução social e as políticas socioeconômicas lhe impõem, tornando-se espaço de organização e atuação de diferentes grupos sociais, com sentidos e objetivos econômicos específicos, sem, no entanto, desconhecer a sua inserção e responsabilidade social maior.

Este estudo enfatizou as cooperativas populares como instrumento de estabilidade e meio para a mudança social, sendo uma ação rápida de resposta na geração de trabalho, na distribuição eqüitativa da renda e na oportunidade de solução social para a sociedade menos favorecida. Sendo que, serão analisadas cooperativas que foram constituídas para atender as necessidades de inclusão social de seus cooperados por meio do trabalho e renda gerados de forma coletiva e solidária.

O emprego é um dos grandes desafios da era globalizada. Ao mesmo tempo em que o mercado exige profissionais qualificados e criativos, o emprego formal vai cedendo lugar à prestação de serviços sem vínculos empregatícios. É neste cenário que as cooperativas de trabalho vêm conquistando seu espaço.

A valorização do cooperativismo não é um “retorno” a lugares ou oportunidades perdidas. Historicamente, podemos verificar que os homens se voltam aos mecanismos associativos e cooperativos para dar encaminhamento aos seus problemas, especialmente, de ordem material.

O desenvolvimento do cooperativismo implica desafios e tarefas a desenvolver, tanto no interior do próprio sistema cooperativo como na sociedade.

Uma cooperativa é uma fonte de produção e prestação de serviços gerida unicamente por seus associados: trabalhadores, técnicos, administrativos ou profissionais. Todos com os mesmos direitos e obrigações, podendo ser realizado em várias formas com os cooperados desenvolvendo uma atividade produtiva de acordo com suas habilidades.

O reconhecimento da importância destas sociedades na atual conjuntura se comprova pelo surgimento de políticas públicas e sociais de apoio, da diversidade de metodologias de implantação e a preocupação com as novas tecnologias.

As pesquisas em Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas que tratam da organização de cooperativas aumentaram significativamente nos últimos dez anos, envolvendo grande diversidade de áreas de conhecimento e

estabelecendo importantes trabalhos interdisciplinares. Isso colocou as universidades mais próximas dos problemas geoeconômicos encontrados na sociedade, construindo a verdadeira missão das universidades, que é fomentar o desenvolvimento econômico e social de forma eqüitativa, visando reduzir os distanciamentos sociais.

As questões relativas à geração de trabalho e renda, autogestão, sustentabilidade, educação cooperativista e emancipação social promovidas pelas cooperativas populares já foram discutidas em outros trabalhos de nossa autoria (III ENEDS, VIII Congresso Brasileiro de Sociologia, V Encontro Internacional de Economia Solidária) que neste iremos citar para agregar resultados, de modo comparativo, informando que novos dados foram coletados em experiências antes estudadas e também novas, localizadas em cidades do Médio Vale do Paraíba Paulista, possibilitando cotejar os estágios de desenvolvimento e delinear as suas linhas de evolução como um modelo de aplicação de tecnologia social, levando uma parcela da população que se encontrava economicamente excluída por: desemprego, renda familiar insuficiente e até a miséria a ponto de atingir o trabalho, a renda e o bem-estar social.

Cooperativismo

No mundo moderno, cooperação consiste em associar pessoas com a finalidade de se realizar negócios com o capital próprio visando o benefício mútuo.

Do ponto de vista jurídico, a cooperação é considerada uma forma coletiva de organização ou sociedade, na qual os direitos e os deveres dos cooperados são previamente estabelecidos, como retirada do excedente, exercício do voto, adesão voluntária, neutralidade política, religiosa, racial e social.

Sob o enfoque econômico, a cooperação consiste em um meio de se elevar o padrão de vida dos associados. (DOMINGUES, 2002)

Segundo Pinho (1966), etimologicamente os termos cooperação, cooperativa e cooperativismo derivam do verbo cooperar, de origem latina cooperari (cum e operari), que significa operar com alguém. Portanto, cooperação exprime a idéia de ação conjunta na busca de um objetivo comum, já em cooperativismo a idéia é de sistema, doutrina e situação, e a idéia em cooperativa é a de que coopera.

Moura (1968) considera o cooperativismo essencialmente evolutivo e pacífico, porque deseja se impor pela razão e não pela revolução. Deseja que todos tenham igualdade e oportunidade dentro do conceito de justiça social, concluindo que o cooperativismo é uma autêntica democracia econômica, porque atende, simultaneamente, a todas as classes, e não deseja ser o instrumento coercitivo ou de pressão de nenhuma delas sobre as demais.

Completa Veiga (2001) que o cooperativismo é um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho. Para tanto, o cooperativismo visa o aprimoramento do ser humano em todas as suas dimensões – social, econômica e cultural, preocupa-se com a

qualidade de seus produtos e serviços, busca o preço justo, preocupa-se com seu entorno e com o meio ambiente e busca construir uma sociedade mais equitativa, democrática e sustentável.

Assim, informa Benato (2002) que o cooperativismo tem como objetivo difundir os ideais em que se baseia, no intuito de atingir o pleno desenvolvimento financeiro, econômico e social de todas as sociedades cooperativas.

Em especial Roloff (2002) expõe o cooperativismo como um rumo e um ideal para seres superiores que compreendem no seu íntimo a necessidade de cooperar e de dividir bens, serviços e conhecimentos para facilitar a sobrevivência humana na terra, sendo um instrumento de organização da sociedade e das pessoas, através do qual, de forma democrática e solidária, as pessoas constroem e participam de instituições cooperativas com objetivo claro: atender às necessidades dos associados, de seus familiares e da comunidade.

Entretanto Silva Filho (2001) considera o cooperativismo como forma típica de associação, como um fenômeno relativamente moderno, haja vista seu surgimento datar do século XIX, não obstante se encontrarem antecedentes mais remotos decorrentes do sentido de solidariedade que, em essência exteriorizando concretamente manifestações próprias e inerentes aos princípios do cooperativismo, não se apresentam como concebidos no conceito, hoje institucionalizado.

Argumenta Pinho (2004) que o cooperativismo pode ser focalizado como doutrina, teoria, sistema, movimento ou simplesmente técnica de administração de cooperativas. Esclarece que como doutrina o cooperativismo surgiu em oposição às conseqüências do liberalismo econômico, sobretudo na Inglaterra e na França. Mais tarde reagiu a outros sistemas econômicos que se instalaram em diversos países, embasados em crescente intervencionismo estatal. Propõe-se não somente corrigir o meio econômico social como também prestar serviços. Para realizar tais fins, o meio utilizado é a reunião de pessoas.

Cooperativismo popular

No *stricto senso* cooperativismo popular não existe, existe o cooperativismo como sistema econômico, tanto no ponto de vista do Estado como da legislação.

Justino (2002) ao tratar das diferenças inerentes as cooperativas populares diz: “Na tentativa de resolver esta contradição de criticar o sistema e desenvolver-se no interior do mercado estudiosos começaram a demarcar as diferenças entre cooperativas populares e tradicionais fundadas na concepção da autogestão.

Para os propósitos específicos deste estudo, foi considerada como “popular” a cooperativa de trabalho ou de produção que além da autogestão, visa primordialmente incluir no espaço da atividade econômica parcela da população até então excluída – por desemprego estrutural, por carência de instrução e de qualificação ou por falta de oportunidades econômicas resultante de subdesenvolvimento econômico local.

Optar pelo cooperativismo unido à lógica da economia solidária vai além da motivação econômica de uma pessoa, há a necessidade de se ter uma consciência coletiva, pois deve estar claro que todos tomarão as decisões juntos. Não há uma decisão imposta aos demais, o envolvimento é multilateral.

Para que a cooperativa tenha seu andamento, é necessário também que seus membros estejam longe da alienação, impondo-se que todos devem saber o que acontece. Percebe-se que nem todas as pessoas têm este perfil, muitas preferem ainda a presença do patrão, que lhes diz o que deve ser feito e não há necessidade de um maior envolvimento nas questões que vão além das atribuições dadas aos seus postos de trabalho.

Arruda (1997) apresenta o cooperativismo autogestionário e solidário como proposta para um desenvolvimento que reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional e aponta: “É nesse processo que ganha enorme importância à práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes;

“(…) o associativismo e o cooperativismo autogestionário, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação socioeconômica na nova era que se anuncia”. (Arruda, 1996, p. 4)

Andrioli (2003) afirma que é por meio da cooperativa que muitos trabalhadores conseguiram manter ou ter acesso ao trabalho e renda. Por sua característica autogestionária, a cooperativa propicia um amplo processo de educação dos participantes. O exercício da participação e da convivência constrói novas relações entre as pessoas, o que, também, se reproduz para a sociedade. As rupturas nas relações de produção entre os cooperados, decorrentes da organização coletiva, refletem no seu processo de consciência, contribuindo para a formação de lideranças e na promoção da cidadania.

O processo de formação e capacitação dos trabalhadores é o primeiro passo para a eficácia da ação cooperativa e se constitui em necessidade permanente aos grupos interessados na geração de trabalho e renda.

Para atingir esses objetivos parte-se do conhecido pressuposto da educação popular, o de conhecer para transformar (FREIRE, 1983).

Segundo Scopinho (2003), a natureza política do problema a ser tratado e a finalidade humanista e transformadora do projeto de organização econômica e social em cooperativas populares autogestionárias impedem de copiar as receitas prescritas em manuais de administração de recursos humanos e requerem que se construa a proposta coletivamente, a partir de um método que se fundamenta nos princípios da pesquisa-ação ou pesquisa participante.

Pela histórica relação que o cooperativismo possui com o desenvolvimento local e seu potencial de geração de renda através do trabalho associado, a aposta na sua difusão, implementação e apoio permanente são estratégicos contra o desemprego. A disposição do poder público em incentivar o cooperativismo, em parceria com entidades da sociedade civil, pode contribuir na promoção de programas e ações que visem a

instrumentalização técnica e pedagógica do processo de constituição de cooperativas.

O apoio a esta iniciativa trará bons frutos e poderá contribuir para reduzir as dificuldades daqueles que, excluídos do mercado de trabalho, poderão construir seu próprio empreendimento, utilizando a “ferramenta” do cooperativismo, tantas vezes descoberta em momentos de crise para a resolução de problemas e necessidades comuns dos trabalhadores.

Economia Solidária

Economia Solidária é uma alternativa de trabalho muito antiga, porém também muito recente. Existe muita gente que vive da economia solidária e nem sabe disso. São pessoas que trabalham juntas, umas ajudando as outras, pensando e construindo o bem de todos

A economia solidária tem sido apontada como uma alternativa inovadora e eficaz de criação de postos de trabalho, geração de renda e combate à pobreza e é fortalecida pela atomização de movimentos de organizações sociais, substituindo o Estado em suas funções de estabelecer estratégias e políticas geradoras da distribuição de renda e diminuição da vulnerabilidade social causadas pela crise do desemprego. (GAIGER, 2004 e MONTEAGUDO, 2002). Esse entendimento justifica a ação de inúmeras entidades sociais e a multiplicação acelerada de políticas públicas de apoio, da esfera municipal à federal, a exemplo dos programas de incubação de empreendimentos.

Os argumentos de Singer (2000), consideram a necessidade do aprendizado de um novo modelo econômico pelos trabalhadores, a melhora significativa nas condições de vida, advinda do trabalho numa empresa autogestionária, e o fortalecimento que tais fatos representam para a luta geral dos trabalhadores contra a exploração capitalista, em verdade dimensionam a transformação social em longo prazo, o que retira de perspectiva, por um outro caminho, entender a alternativa solidária como um novo modo de produção, no sentido abrangente e profundo que o termo contém.

Uma economia solidária exige, além do desenvolvimento de sua base material, um alto grau de conscientização e motivação por parte de sua população, movida por princípios éticos e valores de compaixão e solidariedade. Em oposição radical ao sistema de competição, a economia solidária não pode ser um produto do autoritarismo, de uma administração de uma só via, de cima para baixo, que torne a população em objeto passivo. Ela exige a participação de todos, para se tornarem cidadãos e, assim, sujeitos do processo histórico e se coloca como novo paradigma na busca de soluções para a crise social e econômica que gerou uma exclusão massiva de milhões de pessoas. (RATTNER, 2005)

A finalidade maior da economia solidária é a possibilidade do desenvolvimento sempre mais integral da pessoa e da comunidade, e o progresso de uma nação ser medido pela realização das condições que favorecem a cada pessoa, a cada comunidade e a sociedade como um todo, um desenvolvimento integral, suficiente e sustentável.

A SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária), de acordo com a orientação do Governo Federal, que se preocupa em não sobrepor ações, de maneira a não haver gastos desnecessários e melhor distribuição dos recursos, se preocupa em concatenar as ações com outras esferas de governo, com a idéia de somar esforços onde eles já existem ou possam vir a existir. A união de esforços entre as esferas governamentais terá um efeito amplificador na implantação de políticas públicas de economia solidária.

Cooperativa Popular – Um Empreendimento Solidário

O Cooperativismo como parte da Economia Solidária é um sistema de cooperação que apesar de inserido no capitalismo, é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e os interesses específicos dos trabalhadores. (CULTI,2002).

O exame de experiências de cooperativas verificou a diversidade / complementaridade organizacional e institucional de soluções para contextos sócio-culturais e econômicos específicos, assim como as características diferentes de programas desenvolvidos por governos (nacionais, estaduais, municipais), por organismos internacionais e por organizações da sociedade civil, geradas por iniciativa espontânea ou por políticas deliberadas.

Uma cooperativa popular e solidária, terá um cunho social mais destacado, onde a cooperação de seus membros está em primeiro lugar.

Os fatores para a escolha das experiências aqui descritas foram: a urgência de ações, sentida ora por pessoas da sociedade engajadas em causas sociais, ora pelo próprio poder público na implantação de projetos para atender as realidades locais de desenvolvimento e provocar um fenômeno que promovesse à alternativa de mudança em uma relação produtiva incapaz de absorver uma camada de trabalhadores a margem das exigências do mercado de trabalho e estarem extremamente ligadas ao desenvolvimento da comunidade em que se situam e demonstrarem por intermédio da aceitação formal, interesse em ter suas experiências divulgadas em trabalho acadêmico de pesquisa. (VIEIRA, 2005)

Outro fator relevante para a seleção foi o reconhecimento que a cooperativa conquistou tanto pela sociedade civil quanto pelos órgãos públicos devido aos resultados apresentados em sua trajetória.

Potencialidades, Limites e Desafios

Políticas Públicas

Para combater as desigualdades sociais, se impõe duas frentes de ação: políticas diretas de ataque à pobreza e à indigência e políticas para a geração de trabalho decente, o que demanda uma vigorosa ação afirmativa em favor dos empreendimentos solidários.

Segundo Sachs (2003) existe um conflito entre a própria concepção de políticas sociais e econômicas, como se as duas políticas fossem excludentes e não complementares. No Brasil, durante anos, os governos privilegiaram políticas econômicas que visavam ao desenvolvimento de setores dominados

pelos grandes, ao invés de políticas, também econômicas, que promovessem o avanço dos pequenos em situação de vulnerabilidade social.

Pochmann (2004) conclui que no caso da Prefeitura de São Paulo, é importante notar que a implementação de programas emancipatórios, também foi em sentido inverso à tradição econômica, social e política, valorizando a história dos beneficiários. Neste sentido as atividades desenvolvidas pelos empreendimentos solidários estiveram concentradas em atividades relacionadas à culinária (31,3%), comércio em geral (29,7%), cuidado com idosos (14,1%) e coleta seletiva e reciclagem de resíduos (10,9%).

Gaiger (2004) afirma que os empreendimentos econômicos solidários são portadores de novos processos de inserção social e de desenvolvimento local, o fato de ter a possibilidade de participação no grupo gera um novo espaço de cidadania para seus membros os quais fazem um caminho importante em direção à inclusão social.

Silva (2004) esclarece que deverá haver uma sintonia com a visão de uma política pública que defina com clareza o direito de todas as pessoas à cidadania e, portanto, tendo o direito alienável de participar da riqueza da nação e assim recebendo uma renda básica na medida do possível suficiente para atender suas necessidades. A renda de cidadania garantirá maior grau de opção para toda pessoa estar decidindo qual atividade econômica deseja exercer.

De acordo com Andriolli (2002), se o cooperativismo, por um lado, reproduz a lógica da terceirização ou da precarização das relações de trabalho, por outro, passa a ser um importante instrumento de resistência ao atual contexto de exclusão. O reforço à organização dos trabalhadores desempregados por meio da ação integrada dos governos com entidades da sociedade civil permite, no mínimo, que se amenizem problemas de grande parte da população que se encontra despossuída de meios e conhecimentos para superar sua condição de excluídos.

A disposição do poder público em incentivar o cooperativismo, em parceria com entidades da sociedade civil, pode contribuir na promoção de programas e ações que visem à instrumentalização técnica e pedagógica do processo de constituição de cooperativas.

De acordo com Vieira (2005), as possibilidades são as seguintes: vontade política e comprometimento do governo com um desenvolvimento inclusivo; articulação e integração das políticas urbanas; articulação e integração das políticas urbanas; autonomia local e descentralização político-administrativa.

No mesmo trabalho informa como dificuldades: fatores macroeconômicos; falta de recursos para investimentos e principalmente falta de formação e informação sobre objetivos e metodologias dos programas. A disposição do poder público em incentivar o cooperativismo, em parceria com entidades da sociedade civil, pode contribuir na promoção de programas e ações que visem à instrumentalização técnica e pedagógica do processo de constituição de cooperativas

Seguramente, o apoio a esta iniciativa trará bons frutos e poderá contribuir para reduzir as dificuldades daqueles que, excluídos do mercado de trabalho, poderão construir seu próprio empreendimento, utilizando a “ferramenta” do cooperativismo, tantas vezes descoberta em momentos de crise para a resolução de problemas e necessidades comuns dos trabalhadores.

Autogestão

O exercício da autogestão pressupõe que exista, em meio aos trabalhadores, um conceito de democracia que seja amplo e extrapole os limites tradicionais da participação política popular através do voto em eleições para governantes. A relação entre democracia e autogestão implica em um processo de transformação radical da concepção cultural da prática política.

Os fundamentos democráticos da autogestão vêm precisamente ao encontro dos requisitos de envolvimento e participação dos trabalhadores, preconizados pelos métodos de gestão modernos. Células de produção, grupos de trabalho e postos multifuncionais, e responsabilização do trabalhador, acomodam-se com naturalidade à estrutura participativa dos empreendimentos solidários. Resta como problema a freqüente inexistência de um gerenciamento profissional, dotado de conhecimentos desse campo e, sobretudo, apropriado metodologicamente a um contexto organizacional de autogestão. A formação dos recursos humanos – seja escolar, técnico-profissional ou geral, visando ao desenvolvimento de uma cultura autogestionária e ao aperfeiçoamento permanente – é favorecida pelo compromisso de todos com a empresa e pelo papel decisivo exercido pelo fator trabalho; valorizam-se mais o “potencial de competência interna” (PEIXOTO, 2000).

Referindo-se à sociedade autogerida, destaca que todas as decisões devem ser tomadas pela coletividade. Mesmo havendo um sistema de representações com delegados eleitos, esta representação apenas será efetiva, se tais representantes estiverem diretamente ligados e submetidos ao poder de seus representados. Lembra o autor que, para decidir é necessário conhecimento e informação, além da definição dos critérios sobre os quais se decide.

A autogestão apresenta-se assim, como uma forma de alterar a estrutura de distribuição de renda tradicional justamente porque propõe que os trabalhadores sejam os proprietários dos meios de produção coletivamente. Porém a autogestão não é somente uma proposta de propriedade coletiva dos meios de produção. Ela avança para o campo das relações políticas e comunitárias. Em sua forma ideal, pressupõe uma participação ativa dos trabalhadores em todas as etapas do planejamento e da gestão do empreendimento. Portanto, não se trata apenas de uma participação econômica, mas também participação política nas decisões que afetam as condições de trabalho e renda dos trabalhadores.

Sustentabilidade

O Cooperativismo Popular situa-se como um instrumento eficaz na organização social e produtiva de comunidades empobrecidas, fundamenta alternativas viáveis de sobrevivência e emancipação econômica e social dos

trabalhadores sem renda ou de baixa remuneração, por desvincular-se de intermediários e apropriar-se de maior parcela de valor gerado pelo seu próprio trabalho. (MAIA, 2005)

Assim, genericamente, o desenvolvimento econômico e social pode também ser entendido como forma de promover melhores condições de vida para a população. O desenvolvimento assim entendido por diversos autores (SANTOS, 2002), inspira-se nos valores que enaltecem a condição humana da igualdade, da equidade e da cidadania, com a inclusão plena dos setores marginalizados na produção e repartição dos resultados do desenvolvimento.

Os meios de vida têm sustentabilidade quando são capazes de manter ou expandir tais capacidades e bens, não apenas no presente, mas também para o futuro, superando tensões e choques sem causar prejuízos fundamentais à base de recursos naturais (SEN, 2000).

Cabe destacar que esta teoria não rejeita a idéia de crescimento econômico, mas lhe impõe limites, subordinando-o a imperativos não econômicos. Seu caráter coletivo fortalece processos de construção de poder comunitário cujos efeitos de iniciativas econômicas populares.

Legislação Contábil e Fiscal

Tendo sido feita a análise das normas e procedimentos para registro de cooperativas, bem como a sua organização em uma forma lógica e sistematizada, cabe comparar o grau de exigência dessas normas e procedimentos em relação à realidade social dos trabalhadores informais envolvidos com a reciclagem de resíduos sólidos urbanos. As normas e procedimentos para constituição de cooperativas, exigidas pela legislação, e pelas autoridades administrativas em todas as esferas de poder, são demasiado rigorosas para a situação social e econômica das pessoas que trabalham com a coleta e separação de resíduos sólidos recicláveis.

De fato, a legislação que regula as organizações cooperativas parte do pressuposto de que os cooperados têm pleno acesso à informação, à educação e às benesses da vida integrada à sociedade moderna. A realidade que foi observada é bem distante disso: os catadores informais são, em muitos casos, pessoas que a mídia e a política classificaram como “excluídos”, isto é, pessoas que sequer têm acesso às condições minimamente dignas para a vida em sociedade.

As experiências analisadas – atores e contexto

Cooperativa “Amigos do Lixo” de Guaratinguetá

O Projeto da “Cooperativa Amigos do Lixo” nasceu da síntese de dois projetos sociais. Um deles, elaborado pelo engenheiro André Luiz de Paula Marques, técnico da Secretaria de Serviços Urbanos de Guaratinguetá e especialista em tratamento do lixo urbano, buscava realizar um programa integrado de gestão dos resíduos sólidos para Guaratinguetá. Isso significava, entre outras coisas, a introdução da coleta seletiva para a reciclagem em toda a cidade e a transformação do “lixão” em um aterro sanitário.

O outro projeto, elaborado pela psicóloga e técnica social da Caixa Econômica Federal, Ana Marina Lourenço Pereira de Almeida, colocava em evidência a preocupação com a situação social dos catadores do “lixão” e dos que trabalhavam na rua, sem, contudo esquecer a dimensão ambiental do tratamento que o município vinha dando ao lixo.

Apesar de terem sido elaborados por pessoas diferentes, os projetos se complementavam em seus objetivos. Por isso, seus autores iniciaram uma série de reuniões com vários representantes de setores importantes da sociedade civil buscando viabilizar um projeto comum e legitimá-lo do ponto de vista social com a adesão de setores externos a administração pública.

Dessa forma, elaborou-se um projeto para a coleta seletiva de lixo com a finalidade de melhorar as condições de trabalho dos catadores e iniciar um processo de participação de toda a comunidade na preservação do meio ambiente.

Antes estigmatizados como “catadores” que perambulavam pelas ruas da cidade e pelo lixão do município em busca de sustento em condições desumanas, essas pessoas são atualmente conhecidas como agentes ambientais. Foi preciso apenas capacitá-los profissionalmente e conscientizá-los a respeito da preservação ambiental. Resultado: os agentes ambientais estão organizados, capacitados, identificados e uniformizados, trabalhando sob o sistema de cooperativa.

Atualmente a Cooperativa desempenha um papel importante no município, justificando o apoio de diversas entidades, entre elas a Moradia e Cidadania que, por meio do Comitê Regional do Vale do Paraíba, contribui para atingir os objetivos dos cooperados na ampliação das regiões atendidas e na qualidade do material coletado, refletindo diretamente na renda das famílias envolvidas.

Os cooperados administram sozinhos todas as finanças da Cooperativa, e adquiriram dois veículos: um caminhão e uma Kombi, um terreno no bairro do Campinho e diversos equipamentos que são utilizados para segurança na coleta e armazenamento do lixo. E ainda estão os cooperados participando do Projeto Amigo – PSH (Programa de subsídio habitacional), onde trabalham nas horas vagas para a construção de sua casa própria, numa parceria entre Prefeitura Municipal, SAAEG, Caixa Econômica Federal e mutirantes.

Em 2006 foi criado o projeto “Vivendo e Aprendendo”, que está sendo desenvolvido numa parceria entre Cooperativa Amigos do Lixo, Fundo Social de Solidariedade e FEG/Unesp, para a inclusão dos filhos de catadores do lixo.

Em 2006 foi realizada a implantação do Centro Sensorial de Geração de Renda e Educação Ambiental, para atender portadores de necessidades especiais, através da fabricação artesanal de papel e do desenvolvimento de atividades de sensibilização e conscientização ambiental. Os participantes foram selecionados entre os integrantes da Cooperativa Amigos do Lixo, alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e da Escola Municipal “Maria Aparecida Broca Meirelles” especiais.

Em 2007 foi sancionada a Lei Municipal nº 3.921, de 3 de abril de 2007, que reconhece como de Utilidade Pública a “Cooperativa Amigos do Lixo de

Guaratinguetá”, este importante passo dará à Cooperativa as condições para receber recursos de órgãos dos governos federal, estadual e municipal e atingir seus objetivos de sustentabilidade.

Em junho de 2007 a diretoria do BNDES, autorizou a concessão de colaboração financeira não reembolsável, em favor da Cooperativa Amigos do Lixo de Guaratinguetá, no valor de R\$ 639.067,00, a ser provida de recursos do fundo social do BNDES, no âmbito do apoio a projetos de catadores de materiais recicláveis, destinada a melhorar a produtividade e eficiência da cooperativa visando ao seu fortalecimento, observado o quadro de usos e fontes aprovado pelo BNDES para o projeto.

Cooperativa de Produção “Re-Si-Clando de Taubaté

O Projeto Re – SI – Clando foi desenvolvido pelo Lar Irmã Amália, entidade beneficente (registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança/Adolescente; na Coordenadoria Estadual de Fomento da rede de Assistência Social da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social; no Conselho Estadual dos Direitos da Criança/ Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social, com Certificado de Fins Filantrópicos) .

Em 1998 com o agravamento da crise de trabalho dos pais das crianças assistidas, optou por desenvolver um projeto de inclusão na área de reciclagem, que gerasse renda para as famílias e proteção para o meio ambiente. Neste sentido buscou junto ao Poder Público Municipal a cessão de terreno, parcerias com empresas e entidades para a construção do galpão e demais condições para o início das atividades. Discutido na Agenda 21 (Fórum Ambiental Municipal) teve como resultado em 15/Março/2000 a implantação da Coleta Seletiva em 5 bairros da cidade com destinação dos resíduos para o Galpão de Triagem.

Os equipamentos utilizados são cedidos pela Cáritas Diocesana em contrato de comodato que estipula uma taxa mensal de R\$ 200,00.

O início dos trabalhos foi possível tendo por base o cadastro das pessoas que sobreviviam da coleta de sucatas levantado em pesquisa. De início o projeto beneficiava 18 pessoas que trabalhavam na triagem dos resíduos e recebiam um salário mínimo mensal: ganho mensalm, recolhimento da contribuição do INSS, 1 cesta básica, 3 refeições diárias, acompanhamento psicossocial e prioridade para a matrícula dos filhos na creche e no projeto para adolescentes.

Contava ainda com a participação de entidades/ grupos e comunidades que desenvolvem atividades esportivas , de assistência social ou de saúde e que vêm obtendo através da coleta de materiais condições financeiras para suas despesas bem como a participação dos usuários no processo de promoção humana.

O projeto ainda colaborava com o Conselho da Comunidade e Poder Judiciário possibilitando a reintegração de 15 pessoas que cumprem penas alternativas através da prestação de serviços para a comunidade.

Para o desenvolvimento das atividades teve como apoiadores: Organizações Não Governamentais, Prefeitura Municipal, Universidade,

Escolas públicas e privadas, Órgãos Públicos Municipais, Federais e Estaduais, como também condomínios residenciais.

Em outubro de 2007 o sonho da concretização de uma cooperativa foi realizado, e atualmente conta com 25 cooperados, mantém todos os apoios e firmou parcerias com supermercados, Shopping Center, Secretaria da Educação.

A autogestão e sustentabilidade são exercidas na sua plenitude pelo fato da cooperativa exercer sua autonomia em todos os aspectos.

Considerações finais

Ficou comprovada a mudança comportamental dos antigos catadores, hoje, agentes ambientais, com sua integração social e a formação de consciência cidadã. As práticas de Educação Ambiental, que até então eram vistas com reservas, vêm ocupando seu espaço dentro da comunidade, sendo consideradas um importante instrumento, não só de formação de consciência, como também de apoio ao manejo de resíduos sólidos domiciliares urbanos, ajudando a viabilizar novos programas de coleta seletiva e formação de novas cooperativas, melhorando de forma direta a qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis e, indiretamente, da população em geral.

O objetivo da pesquisa na área de Geração de Trabalho e Renda foi verificar a criação de mecanismos e oportunidades que possam melhorar e/ou criar trabalho e/ou aumentar em termos absolutos a renda familiar de moradores de comunidades de baixa renda, promovendo e/ou viabilizando o acesso ao mercado de trabalho, através de empreendimentos solidários e autônomos.

A realidade está exigindo da sociedade novas propostas para o grave problema do desemprego. E as cooperativas mostraram ser uma opção viável, dentro do quadro atual. Logicamente que estamos nos referindo às cooperativas legais e não às fraudulentas; estas devem ser denunciadas e combatidas com rigor.

O estabelecimento de políticas públicas de promoção social provou ser fator de suma importância para o desenvolvimento dos empreendimentos analisados, porque com o apoio governamental as ações fluem com maior facilidade e a sociedade civil será envolvida de forma natural.

Tanto o Governo Federal, como os Estaduais e Municipais, têm implementado programas voltados à geração de renda e trabalho que se baseiam, por exemplo, na constituição de cooperativas.

Porém, a diversidade desses programas é muito grande, indo desde o fomento ao chamado “empreendedorismo” individual e coletivo, passando pela criação de cooperativas de trabalho, bancos do povo e até o de empresas autogeridas. Muitos desses projetos procuram estar identificados à emergente Economia Solidária, como é o caso das políticas públicas implementadas por algumas gestões do Partido dos Trabalhadores. Porém, dada a heterogeneidade dos programas de geração de trabalho e renda, que variam conforme a orientação política dos governos municipais, estaduais e mesmo federal, as cooperativas de trabalhadores têm servido para diferentes fins.

No estudo realizado, pode-se constatar que as cooperativas populares representam saídas válidas para a questão do trabalho. Entretanto, fomos levados a acreditar que o papel do cooperativismo, embora possa em tese ser preservado (resgate da autonomia do trabalho, proporcionando aos trabalhadores a oportunidade de serem seus próprios patrões), na prática, sofre as adaptações exigidas por uma realidade bastante diferente daquela que proporcionou o seu surgimento.

Observa-se no posicionamento dos associados o que Misi (2000) chama de “um novo tipo de solidariedade”, para fazer face às imposições dos interesses econômicos, por sinal objetivo do movimento cooperativista desde a sua origem, no século XVIII.

Conclui-se que a implantação dos projetos e sua consolidação em empreendimento de cooperativismo popular proporcionaram aos sujeitos uma forma de viver com solidariedade, potencializando ações com objetivos socioeconômicos, resgatando a cidadania e promovendo o desenvolvimento regional pelo estabelecimento de acordos, parcerias, apoios e políticas públicas municipais.

Referências

ANDRIOLLI, J. I. Cooperativismo: uma resistência à exclusão (artigo) – Revista Espaço Acadêmico número 78 – janeiro/fevereiro/2004. <<http://www.revistaespaçoacadêmico.com>> acesso em fevereiro/2005

BENATO, J. V. A. O ABC do Cooperativismo. São Paulo: OCESP-SESCOOP/SP, 2002.

CULTI, M. N. O cooperativismo popular no Brasil: importância e Representatividade. Trabalho apresentado no Terceiro Congresso Europeu de Latinoamericanistas, em Amsterdam-Holanda, 3-6 de julho de 2002.

DOMINGUES, J. C. Cooperativas de Trabalho: um modelo de autogestão no combate ao desemprego – mitos e realidades – São Paulo: Editora STS, 2002

JUSTINO, M.J. Cooperativismo popular: reinvenção de laços de solidariedade pela universidade cidadã. In JUSTINO M.J. (org.) Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: a experiência da UFPR. Curitiba: UFPR/PROEC, 2002

GAIGER, L. I. Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil – Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2004

MAIA, D. M. Cooperativa Popular no desenvolvimento Social e Humano. <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/posteres/GT06-3351--Int.pdf> Acesso em 29/05/2008

MOURA, V. Curso Médio de Cooperativismo. Rio de Janeiro. Serviço de Informação Agrícola – Ministério da Agricultura, 1968.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Terras, 2000.

- PINHO, D. B. O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.
- RATTNER, H. Economia Solidária. Por quê? Revista Espaço Acadêmico nº 44 janeiro de 2005 – ISSN 1519.6183 – disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/044/44rattner.htm>, acesso em 30.07.2007.
- ROLOFF, F. / MUSSKOF, H. L. Cooperativismo: um rumo e um ideal. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2002.
- SCOPINHO, R. A. & Martins, A. F. G. Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método. Psicologia & Sociedade; 15 (2): 124-143; jul./dez.2003 - www.scielo.br/pdf/psoc/v15n2/a09v15n2.pdf - acesso em 10.02.2005.
- SILVA FILHO, C. V. Cooperativas de Trabalho. São Paulo: Atlas, 2001
- SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: P. SINGER, A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como Resposta ao Desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
- VEIGA, S. M. Cooperativismo: uma revolução em ação. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.
- VIEIRA, A. C. M. Cooperativismo de trabalho – alternativa de geração de trabalho e renda. Dissertação de Mestrado – UNITAU, 2005.